



ATA N.º 3/2021
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 28 DE JUNHO DE 2021

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do edifício dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória da sua Presidente, de dezasseis de junho do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal.
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação do Documento de Prestação de Contas do ano de 2020.
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação do pedido de declaração de interesse público municipal de carácter estratégico.
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação da alteração ao Regulamento de apoio à recuperação da atividade económica do concelho de S. João da Pesqueira no âmbito da pandemia Covid-19.
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais resultantes do concurso Público Internacional para aquisição de Energia Elétrica em MT (Média Tensão) BTE (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) para o ano de 2022 e 2023.

A Senhora Presidente da Assembleia deu início à sessão, cumprimentando todo o Executivo, deputados, Presidentes de Junta, público e todos os funcionários presentes na sala.

Passou a palavra ao Senhor Luís Paíga para que este procedesse à chamada, não se verificando ausências.

Deu nota da correspondência recebida, lembrando que a mesma fica arquivada na pasta anexa para quem a quiser consultar.

De seguida, abriu um período de inscrição para correção à ata, não havendo inscrições a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada por maioria.

Período de antes da ordem do dia

A Presidente abriu inscrições para este período, passando a palavra ao primeiro interveniente.

A Senhora Rosa Teixeira cumprimentou os presentes, questionou o Senhor Presidente relativamente à Unidade de Cuidados Continuados se desde a última reunião até hoje tinha mais alguma informação. Questionou também em relação à estrada nacional 222.

O Senhor Presidente da Câmara informou que em relação à UCC não houve mais nenhum avanço até agora. A IPSS que ficou com essa valência foi a Misericórdia,

tem insistido, mas o Ministério da Saúde desculpa-se com o Covid, mas será uma realidade mais cedo ou mais tarde.

Relativamente à estrada 222 a previsão que o Ministério tinha era requalificar apenas o piso e a ideia será alargar, foi adjudicada a uma empresa, mas só o projeto. O projeto já é bom em relação aquilo que tinham que era nada.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este fizesse o resumo do mesmo.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que têm vindo consecutivamente a reduzir a dívida, neste momento a dívida é de seis milhões e quatrocentos mil. Desde 2017 tiveram os seguintes resultados: em 2017 a dívida era de oito milhões e tal, em 2018 sete milhões duzentos e quarenta e sete, em 2019 sete milhões trezentos e noventa e nove acrescentou-se cento e cinquenta da Resinorte e em 2020 seis milhões oitocentos e quarenta. A dívida tem vindo a diminuir.

O Senhor Francisco Pereira congratulou-se com as atividades, são muitas. Deixou uma sugestão, se em algum tópico for zero escusa de estar lá, são atividades nulas escusam de estar a encher papel. Relativamente às atividades do empreendedorismo, sugeriu que viesse quantas candidaturas foram feitas e apoiadas, quantas estão no terreno, quantos postos de trabalhos foram criados e qual o impacto delas na economia local e de que montantes estamos a falar. Na parte da Comunicação e Imagem questionou que projeto era esse da Doutora Carla Madureira.

O Senhor António Bastos questionou o Senhor Presidente relativamente à dívida. Quando diz que são seis milhões e quatrocentos se está contabilizado o empréstimo que foi feito de um milhão e duzentos mil se estiver incluído é bom senão voltamos a ter a mesma dívida de oito milhões.

O Senhor Joaquim Carvalho cumprimentou os presentes, parabenizou o Executivo pelas intervenções na área do Desporto que fez desde que tomou posse. Quando o estádio Municipal estiver pronto sugeriu que os alunos do Agrupamento e Esportivo o pudessem utilizar. Fez o apelo para as obras tão necessárias e precisas no ginásio e o reforço dos equipamentos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Francisco Pereira dizendo que quiseram colocar todo o tipo de situações e foram preenchendo mesmo aquelas que estavam a zero. Quanto aos postos de trabalho, não lhe sabe dar essa informação agora, mas na próxima atividade vai introduzir. O logotipo tem a ver com uma candidatura juntamente com Tabuaço e Penedono.

No que diz respeito à dívida e respondendo ao Senhor António Froufe, estão contabilizados os empréstimos todos.

Relativamente aos alunos utilizarem o campo de futebol de onze claro que sim. Para o próximo ano vão fazer as bancadas e outras valências como corrida e salto pois não há dinheiro para tudo. Fizeram uma candidatura com o GDP para arranjar o piso do pavilhão este está muito danificado. O ginásio já era para ter sido alargado, entretanto apareceu o Covid o ginásio fechou já não era uma prioridade.

Ponto 2 – Análise, discussão e votação do Documento de Prestação de Contas do ano de 2020.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que desde o início sempre foi compromisso manter níveis de rigor, exigência e alguma eficácia. O que os moveu foi realizar investimento e controlar as dívidas.

O Covid-19 no ano de 2020 condicionou algumas das atividades, mas a grande maioria do que se propuseram fazer foi concretizada. O grau da receita orçamental foi de 90,7%, foi a melhor execução orçamental nos últimos dez anos. Verifica-se a descida do passivo. Orgulha-o estar a chegar ao fim de um ciclo de quatro anos e terem pago a dívida às Águas do Norte, integraram precários e foram muitos. Um funcionário do quadro pesa à Câmara quase o dobro do que um recibo verde. Aumentamos o investimento, têm aumentado também as transferências para as freguesias, fizeram dois empréstimos, têm melhorado os prazos médios de pagamento. Passámos de uma dívida de oito milhões para seis milhões e qualquer coisa. Houve em 2020 um aumento total de gastos, houve um aumento de competências que se deve na descentralização de competências na área da educação e também a regularização dos precários e se não fossem as novas regras do SNC – AP tínhamos um aumento de proveitos que compensava isto tudo. Houve uma diminuição de IMI houve menos vendas menos compras apesar de isto tudo houve mais resultado líquido de quinhentos e setenta e seis mil e setecentos e oitenta e oito euros. Apesar de não ter havido Vindouro e outras festas, no combate ao covid gastaram mais de quatrocentos mil euros no apoio que deram às IPSS, na realização de testes às IPSS, à população toda, a oferta das máscaras a toda a população, a isenção de tarifas de água que nos três meses contabilizou um total de noventa mil euros, isenção de rendas habitacionais e comerciais, ainda assim conseguem ter as contas que têm hoje.

O Senhor Francisco Pereira questionou em relação aos recebimentos em atraso, temos um valor algo significativo, a pandemia não justifica tudo. No início houve a preocupação de colocar contadores em todo o lado, pelos vistos os contadores contam, mas a água fica por pagar. No início deste mandato a dívida estava em cento e vinte e um mil euros e agora está em oitenta e sete mil. As previsões para esta área são quarenta e oito mil trezentos e sessenta e três euros e oitenta e dois cêntimos são menos sete mil euros do que em 2019, também diz nessa página que o direito de receber prescreve ao fim de seis meses. Relativamente ao valor de emprego houve aqui uma variação de 66,04% em relação ao ano anterior, com mais setenta efetivos sendo que quarenta e quatro são da descentralização de competências, vinte e oito dos precários e quatro de Procedimento Concursal. Nas despesas, com pessoal pesam 22% é a maior percentagem das despesas correntes. De 2019 para 2020 nota-se um aumento de compromissos em setecentos e nove mil euros tem a ver com os precários, com a descentralização de competências e descongelamento de progressões. A principal rubrica de custos em 2020 são os gastos com pessoal entre 2011 e 2020 aumentaram 75,7%. Os compromissos assumidos em 2020 foram duzentos e cinquenta e três mil euros, porque na análise foi expurgado o efeito do médio e longo prazo do efeito dos três milhões setecentos

para pagamento antecipado do acordo da dívida das Águas do Norte. Outro ponto tem a ver com o passivo e na página 164 aparece um quadro onde está o passivo de 2011 a 2020. É importante olharmos para ele e fazermos uma análise detalhada também ao mesmo. No passivo elegível temos um elevado aumento de passivo derivados dos financiamentos obtidos e isto está relacionado com a contratação e empréstimo para pagamento de dívidas às Águas do Norte e à contratação de empréstimos para as freguesias. O prazo médio de pagamentos baixou significativamente com o pagamento às Águas do Norte. De 2019 para 2020 aumentou de 25 para 36 dias mais uns dias não é problemático. Relativamente ao endividamento e de uma forma muito sintética 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 houve um cumprimento do limite da dívida total. Em 2014/2015 ultrapassou-se a margem disponível por se ter reconhecido o valor à dívida às Águas de Trás os Montes, agora Águas do Norte. Em 2020 a dívida diminuiu apesar da falta de informação relativa às entidades relevantes para a dívida total.

A aquisição de serviços externos diminuíram entre 2011 e 2020 em 18%, de seiscentos e noventa e sete mil quatrocentos e quatro euros o aumento de custos com pessoal foi acompanhado com a diminuição de fornecimento de serviços externos, nota-se uma melhoria da produtividade do trabalho. A Covid - 19 teve um impacto que levou ao encerramento de diversos serviços e cancelamento de diversas atividades. Um impacto positivo nesta rubrica, muitos serviços externos não podem ser substituídos pelo facto de haver mais trabalhadores como exemplo a energia, o combustível e os seguros. É conveniente que a mão de obra contratada seja orientada para colmatar as necessidades que atualmente são contratadas a empresas externas face à situação financeira do Município, só assim será possível diminuir os custos de serviços externos e aumentar a produtividade da mão de obra do Município. Apesar da receita de um trabalhador de doze mil euros ser positiva, podemos e devemos ter uma receita mais positiva. Face aos censos de 2011 temos quarenta e quatro habitantes por trabalhador que lhe parece que vai crescer com os atuais censos tendo em conta o número de funcionários e a diminuição da população, daí também a diminuição da receita do trabalhador.

Chamou a atenção sobre o numero elevado de processos em contencioso e a forte possibilidade de o Município ter de os pagar dado ser condenado a tal na maioria deles com uns valores mais avultados.

Para concluir, o relato da auditoria às demonstrações financeiras levantam novamente a questão da opinião com reservas nomeadamente as bases para a opinião com reservas e transcrever "as demonstrações financeiras apresentadas de uma forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município em 31/12/2020 e de acordo com o sistema de normalização contabilísticas para a administração públicas no que concerne ao desempenho financeiro e aos fluxos de caixa relativos ao ano de 2020. Na nota 4.3 do anexo o Município vai recorrer de um período de transição para completar e inventariação dos bens afetos à sua atividade e não foi possível a auditoria obter tal informação por procedimentos alternativos pelo que não puderam apurar e quantificar os seus efeitos nas demonstrações financeiras".

O Senhor Eduardo Frederico disse que o Relatório de Gestão evidencia aquilo que tem sido a política do Executivo nestes quatro anos de mandato. "Roma e Pavia não se fizeram num dia" e ainda haverá coisas a serem melhoradas. Acho que é preciso manter o rumo. O Relatório está muito bem feito, muito bem explicado, com muitos quadros para toda a gente perceber. Questionou o Senhor Presidente o porquê de no documento existir uma carta de representação e qual a razão de não ser possível a inventariação dos bens afetos à atividade do Município e se depois dessa inventariação se será submetida ao ROC para ele ver o impacto nas demonstrações financeiras. Questionou porque não está prevista a norma da NCP-27 e qual a razão de não estar a ser implementada a contabilidade de gestão e quando vai ser possível concretizá-la. Um aspeto que lhe parece relevante ou pelo menos ajustado. Sugeriu ao Executivo que melhorasse este rácio dos ativos. O relatório diz que o Município deve reforçar uma política de redução da despesa ou garantir o financiamento médio a longo prazo. As soluções possíveis estão explanadas no relatório, no entanto para o Município não correr riscos nem incumprimento à Lei será de aproveitar as atuais reduções das taxas de juros numa maior estabilidade na estrutura do endividamento para tentar compensar este rácio.

O Senhor Presidente da Câmara informou que de ano para ano tentam melhorar a forma de apresentação do documento. Tem muitos quadros, muitas comparações, mesmo para quem não quiser estar a ver o documento exaustivamente se vir os quadros consegue perceber. Não está maçudo e é de fácil leitura. Em 2017 a dívida de água à Câmara era de cento e vinte e um mil euros ainda não foi possível cobrar tudo, tem a ver com prescrições, tem a ver com muitas pessoas que pagam às prestações e que não cumprem. Conseguiram baixar e vão continuar a baixar. Quanto ao pessoal aumentou, integraram-se precários que a Câmara achou que eram necessidades permanentes. Havia precários há dez, sete, seis anos, todos os anos eram contratados, todos os anos eram renovados, considerou por bem integrá-los. Com a descentralização de competências também os funcionários das escolas e Centro de Saúde integraram o quadro de pessoal da Câmara. Numa parte do relatório de contas está lá o custo de um trabalhador e o lucro que ele dá que é de mil euros superiores ao custo. Quando entraram substituíram muitos contratos externos para o trabalho ser feito pelos funcionários, temos mais funcionários e reduzimos a dívida. O prazo médio de pagamento tem a ver com muitas faturas chegadas no final do ano e só foram pagas em janeiro, não é por falta de dinheiro. Desde que se lembra de andar pela Câmara o prazo médio de pagamento sempre foi superior a 90 dias. Interessa-lhe saber o que têm que pagar e isso é positivo. Pela primeira vez e desde 2013 o passivo ilegível diminuiu 15,2%. Quanto aos processos não têm nada a ver com o nosso exercício são do passado. Quando fizemos a auditoria a dívida não era só oito milhões de euros, havia empresas que nos pediam dinheiro, alguns estavam aqui e devem lembrar-se daquela obra no Vilarouco. O antigo Presidente da Câmara disse que não era nada com ele que quem estava a fazer a obra era o Senhor Mateus e agora pedem dinheiro à Câmara, não houve papel nenhum foi tudo por boca. O processo da rádio Voz do Douro tinha um protocolo no valor de setecentos euros por mês, quando a auditora lhe disse que o protocolo tinha que ir a reunião de câmara que era incorreto pagar, deixou de pagar. Os processos

da Lopes e Irmãos são cerca de seiscentos e tal mil euros são caminhos que foram mandados fazer de boca sem procedimento e agora estão a pedir o dinheiro. Quanto à inventariação dos bens muitas câmaras não têm isso implementado, teriam que contratar mais pessoas. Quanto à câmara depender 85% do Estado o Revisor coloca sempre isso no Relatório, deviam depender menos, deviam ter mais receitas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por maioria com as abstenções da Senhora Rosa Teixeira e dos Senhores António Froufe, Francisco Pereira e Raul Fernandes.

Ponto 3 – Análise, discussão e votação do pedido de declaração de interesse público municipal de carácter estratégico.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que há uma empresa com interesse em construir um hotel em Várzea de Trevões nas antigas minas. Existem alguns constrangimentos no PDM para a construção do hotel e se for declarado interesse público municipal e até porque há falta de alojamento a obra avança.

O Senhor Francisco Pereira disse que este empreendimento vem colmatar a falta de alojamento que há no concelho e vem criar mais postos de trabalho. Pediu para o Município ser célere para que este projeto avance pois é um projeto vital para a economia local.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – Análise, discussão e votação da alteração ao Regulamento de apoio à recuperação da atividade económica do concelho de S. João da Pesqueira no âmbito da pandemia Covid-19.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que quando foi criado o Regulamento queriam ajudar as empresas todas do concelho. Deu entrada um pedido de uma escola de condução, de um fotógrafo e faltou incluir alguns cae's.

O Senhor Eduardo Frederico questionou depois de aprovado a inclusão desses cae's se as candidaturas que foram entregues antes podem ser aprovadas sem ser preciso entregar nova candidatura.

O Senhor Presidente respondeu que ao ser aprovado agora não vão pedir outra candidatura dando seguimento aquela que entregaram.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais resultantes do concurso Público Internacional para aquisição de Energia Elétrica em MT (Média Tensão) BTE (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) para o ano de 2022 e 2023.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o ponto tem vindo sempre à Assembleia, decidiram fazer com a CIMDouro. A CIMDouro contrata para todos os concelhos e nos últimos dois anos já estão a pagar menos.

O Senhor Eduardo Frederico disse que nos orçamentos há uma estimativa para os tais anos de 2022 e 2023, mas não há nada para o gasto.

O Senhor Presidente respondeu que não.

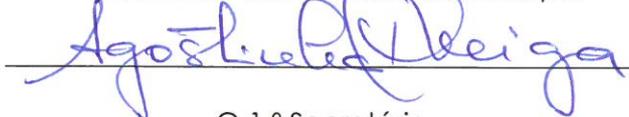
Colocado o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4 e 5 a fim de terem eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às quinze horas e trinta minutos, agradecendo a presença de todos e desejando uma boa tarde a todos. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por _____ irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

A Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário

O 2.º Secretário